



OE2026

Diz o presidente da CNIS, no Editorial, que o “OE 2026 privilegia as prestações sociais ao apoio à ação social, pelo que nele não se vislumbra qualquer indicação de cumprimento do Pacto de Cooperação para Solidariedade Social de 23 de dezembro de 2021...”

Saúde no apoio domiciliário IPSS podem candidatar-se

O Governo anunciou o projeto SAD+SAÚDE que junta ao apoio domiciliário uma vertente de saúde. Durante um ano haverá um projeto-piloto por cada região do continente. Em novembro as entidades do Sector Social e Solidário vão poder candidatar-se.



A importância de Medir o Bem

“Ter impacto é garantir que a missão é cumprida” foi uma das conclusões que saíram do seminário intitulado «Medir o Bem: Mito ou instrumento de avaliação do impacto?», promovido pela UDIPSS Porto.



Creche Lobitos inaugurada

Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, de S. Pedro da Cova, inaugurou oficialmente a Creche Lobitos, nova resposta social com capacidade para 45 petizes.



A ‘Santa Casa’ que não o é

O Centro Infantil de Nossa Senhora do Carmo conta 91 anos a olhar pelas crianças de Moura, primeiro pelas desvalidas da vida e depois pelas de toda a comunidade do distrito de Beja.



Inovar para melhor servir

Com uma forte aposta na inovação, e apoiando-se nas novas tecnologias, o Centro Paroquial e Social de Lanheses, em Viana do Castelo, tem lançado diversos projetos pioneiros em Portugal.

XVIII

FESTA DA SOLIDARIEDADE

24 OUT

A PARTIR DAS 10H00

CASA DA CULTURA BEJA

EXPOSITORES

DESFILE DE IPSS'S

ANIMAÇÃO

CONVERSAS

Participe por todo o Distrito!

CHAMA DA SOLIDARIEDADE

20 OUT

10h00-12h30

MÉRTOLA

IPSS DE MÉRTOLA, OURIQUE E ALMOÐOVAR

21 OUT

10h00-12h30

ALJUSTREL

IPSS DE ALJUSTREL, CASTRO VERDE E FERREIRA DO ALENTEJO

15h00

ODEMIRA

IPSS DE ODEMIRA

22 OUT

10h00-12h30

ALVITO

IPSS DE ALVITO, VIDIGUEIRA E CURBA

23 OUT

10h00-12h30

MOURA

IPSS DE MOURA, SERPA E BARRANCOS

Organização:

Apoios:

Municípios do Distrito de Beja

Patrocínios:

É já no dia 24 de outubro que a cidade de Beja recebe a XVIII Festa da Solidariedade, cujo programa, para além do percurso da Chama pelo distrito nos dias anteriores, integra uma conferência, no dia 23, no Clube UNESCO, na capital de distrito, intitulada «Multidimensionalidade do envelhecimento: das necessidades das pessoas mais velhas à configuração das respostas sociais».

iD

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

✓ iD oferece conforto e segurança

✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele

✓ Tem um sistema de controle de odores

Produtos de higiene e limpeza

Opinião

Conceição Casanova
Presidente da União da IPSSBeja



O papel das IPSS como Parceiras do Estado e Agentes de Transformação Social

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) desempenham, desde sempre, um papel insubstituível no panorama social português. São parceiras fundamentais do Estado, não apenas complementares na resposta às necessidades das populações, mas verdadeiros agentes de transformação e mudança social, promotores de

inclusão, dignidade e esperança.

A sua missão assenta em valores humanos e sociais profundamente enraizados, que colocam a pessoa no centro de toda a ação. Num tempo em que as desigualdades persistem e novas formas de exclusão emergem, o papel das IPSS é mais do que nunca essencial. Representam o rosto da solidariedade

organizada, a presença de proximidade que acolhe, apoia e transforma vidas.

O terceiro setor português é hoje uma força vital da sociedade, envolvendo milhares de trabalhadores e voluntários que, com dedicação e profissionalismo, dão corpo a um trabalho simultaneamente exigente e, tantas vezes, mal remunerado. É fundamental reconhecer o seu valor, o seu compromisso e a sua entrega quotidiana ao serviço dos outros.

Importa também destacar o papel das autarquias locais, que assumem cada vez mais competências na área da ação social. Em articulação com as IPSS, as autarquias tornam-se parceiras privilegiadas na promoção de políticas sociais mais próximas, eficazes e humanas. As IPSS são, neste contexto, agentes transformadores e promotores de novas formas de intervenção, contribuindo para uma sociedade mais justa e coesa.

Vivemos um tempo de grandes desafios. Hoje exige-se mais do que mera assistência. As IPSS devem ser capazes de responder a novos públicos, mais diversificados, mais informados e naturalmente mais exigentes. A expressão

“envelhecimento ativo” tem de ter um significado prático e real, traduzido em projetos concretos que promovam qualidade de vida, autonomia e participação.

Neste percurso, o trabalho em rede é essencial. Só através da cooperação entre instituições, autarquias, Estado e comunidade é possível construir respostas sólidas e sustentáveis. A UNIÃO IPSSB agradece profundamente o envolvimento e a dedicação de todas as instituições e parceiros que, dia após dia, tornam esta missão possível.

Mas é igualmente importante sublinhar que o Estado deve ter um olhar mais atento. Este setor, que trabalha por turnos, em horários exigentes e em contextos muitas vezes complexos, enfrenta dificuldades crescentes na contratação de pessoal, sobretudo quando se oferece o salário mínimo ou pouco mais. E o que dizer dos técnicos especializados, cuja qualificação é cada vez mais elevada e indispensável à qualidade do serviço prestado?

Se queremos respostas sociais de qualidade — e temos que as garantir —, então é imperativo que o Estado

reconheça e valorize financeiramente este trabalho, assegurando condições justas e adequadas nos acordos de cooperação, negociados com os parceiros sociais, nomeadamente a CNIS, as Misericórdias e as Cooperativas.

O ano de 2025, com a realização da Festa da Solidariedade em Beja, é particularmente simbólico para nós. Foi um ano de esforço acrescido, marcado pela preparação deste grande evento em contexto de eleições autárquicas, o que tornou o trabalho conjunto ainda mais desafiante. A todas as autarquias e instituições que, apesar das dificuldades, colaboraram connosco, deixamos um agradecimento muito especial.

Para a UNIÃO IPSSB – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Beja, é uma honra receber a Festa da Solidariedade em 2025 no nosso distrito. Que esta celebração seja um momento de união, partilha e reconhecimento de todos quantos, com generosidade e dedicação, fazem da solidariedade o seu modo de vida.

À CNIS e a todos os parceiros, um sincero e sentido “bem-hajam”!

Opinião

Paulo Pedroso
Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



O poder local no futuro da ação social

Os vencedores das eleições autárquicas tomarão em breve em mãos o rumo das suas autarquias para os próximos quatro anos. Fazem-no num quadro institucional em desenvolvimento, em que decorrem processos com níveis de avanço distintos de descentralização de competências antes pertencentes à administração central.

Muitos cidadãos podem ainda não ter a noção da extensão desse processo, mas o tempo irá cimentar a nova repartição de competências e mostrar as potencialidades e limitações do caminho iniciado na última década.

A aposta é alta para os autarcas. Segundo um estudo realizado no âmbito do IPPS-Iscte e recentemente divulgado¹ os portugueses têm confiança elevada nas autarquias, logo abaixo da confiança nas polícias, forças armadas, escola pública e serviço nacional de saúde e muito acima da confiança na justiça, no governo e na Assembleia da República. Há também mais portugueses que consideram positiva a evolução do seu município na última década do que aqueles que consideram positiva a evolução do país, da Europa e do Mundo.

Os portugueses, otimistas, quanto ao poder local, desconhecem, na sua maioria, o processo de descentralização de competências em curso. No estudo referido, 62% dizem ter pouco ou nenhum conhecimento desse processo. Mas ele vai interferir com as suas vidas em muitas áreas e em particular na política de saúde, de educação, de ação social, de habitação, entre outras. Os novos autarcas, sobretudo os que se mantiverem por mais do que um mandato, vão ser avaliados num quadro de responsabilidades significativamente diferente do anterior.

A ação social, cara a muitas e muitos dos membros da comunidade coberta por este jornal, é um dos domínios em mudança. Num trabalho de Inês Amaro, com a minha colaboração, que aqui convoco para alimentar o debate sobre a relação entre o poder local e ação social nos próximos anos, procurou refletir-se sobre os desafios que este processo enfrenta².

Os municípios receberam competências de atendimento e acompanhamento social, de coordenação da rede social, no desenvolvimento de instrumentos estratégicos e de planeamento

e de programas. Foram recebendo progressivamente essas competências, mas desde abril de 2023 todos os municípios do Continente, com exceção de Lisboa, as aceitaram. Contudo, o processo tarda em consumir-se efetivamente no terreno. Em matéria de atendimento e acompanhamento social, os dados apontam para que muitos processos familiares permaneçam, de facto, nas mãos do Instituto da Segurança Social e que há ainda dúvidas sobre quem deve acompanhar certos grupos vulneráveis.

O atraso e a persistência de áreas pouco claras não é necessariamente preocupante num período de transição de modelos. Mais importante é conhecer o destino do novo modelo. As novas lideranças autárquicas e em particular os vereadores que assumirem a ação social têm a oportunidade de construir uma mudança estrutural no país.

Podem optar por metodologias inovadoras, trabalho em parceria, intersectorial e com as instituições de solidariedade e o tecido associativo local, dando um salto qualitativo na construção de uma sociedade mais

inclusiva e equitativa. Para isso, dinamizarão instrumentos locais de adaptação às necessidades dos seus territórios, construirão projetos locais de inclusão, definirão estratégias próprias. Para isso também olharão para a inclusão social na perspetiva do ciclo de vida, com respostas relevantes para cada fase, levando solidariedade e respostas coletivas à resolução de problemas sociais.

Mas podem também optar pelo velho assistencialismo, retomando práticas quase clínicas de tratamento dos problemas sociais pelas suas manifestações individuais, burocratizar a ação social, desvalorizá-la e rotinizá-la, não dotar os profissionais de condições e recursos para um trabalho efetivo, afastar-se da comunidade, no limite, construir redes mais ou menos abertamente clientelares e discriçionárias.

A escolha que os autarcas fizerem modelará o nosso modelo real social no terreno para muitas e muitos, em particular para os que estão em maior risco de exclusão social. Parte da escolha que todos fizemos a 12 de outubro vai repercutir-se nisso.

¹ Cf. Silva, P. A e Flores, I. (2025). “Uma confiança particularmente elevada nas instituições do poder local. In Silva, P. A. (coord). A descentralização e a desconcentração das políticas públicas. Acessível em https://ipps.iscte-iul.pt/images/1_PAS_IF_ENPP25.pdf

² Amaro, I. e Pedroso, P. (2025) “A transferência de competências da ação social para as autarquias” e “transferência de competências de ação social: avaliação global é prematura, mas há sinais de alerta”. A descentralização e a desconcentração das políticas públicas. Acessível em https://ipps.iscte-iul.pt/files/9_MIAPP_ENPP25.pdf



Lino Maia

Editorial

Atualidades

1. SAD+SAÚDE

O projeto-piloto SAD+Saúde foi anunciado e entrou em vigor em outubro de 2025, com o objetivo de integrar o apoio domiciliário com os cuidados de saúde para melhorar a autonomia e dignidade dos utentes. Este projeto reforça a articulação entre a Segurança Social e a Saúde e foi regulamentado pela Portaria n.º 324/2025/1.

Saúda-se a aposta do Governo no apoio domiciliário com projetos-piloto SAD+Saúde em cinco regiões em que se vão prestar serviços no domicílio à população idosa, com deficiência ou incapacidade, permitindo que se mantenha no seu meio natural de vida. SAD+Saúde, aliás, era um desiderato já longamente manifestado e partilhado e que agora, final e louvavelmente, começa a concretizar-se.

Porém, a CNIS defende que, para melhor se atingirem os objetivos do SAD+Saúde, resposta social diferenciada, de proximidade, que assume a prestação de serviços e cuidados individualizados, em estreita articulação com as estruturas da Saúde, nomeadamente nos Projetos-Piloto SAD+Saúde, as Instituições selecionadas, após o período de manifestação de interesse, sejam diversificadas, com pluralidade nas suas naturezas jurídicas, dimensão, utentes que servem e territórios de implantação.

No âmbito do diploma legal respetivo, considera-se ainda que, como aquele define a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, é de todo conveniente que esta seja já ouvida para a seleção das primeiras Instituições a participarem nos Projeto-Piloto SAD+Saúde.

2. ORÇAMENTO DO ESTADO

Após reuniões e decisões para definir as prioridades e depois de concluída e aprovada pelo Governo, no dia 9 de outubro foi entregue no Parlamento pelo ministro das Finanças ao presidente da Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado para 2026 (OE 2026). É mais do que um documento - é a lei que define quanto o Estado pode receber e gastar no próximo ano civil.

O Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), o segundo do Governo liderado pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro, nomeadamente, prevê o aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para €670, uma subida de €40, e uma alteração nas regras de acesso para que os rendimentos dos filhos não sejam tidos em conta. Além disso, o OE2026 prevê um aumento significativo nas despesas com prestações de apoio à parentalidade e cuidadores informais, refletindo um reforço da rede de proteção social.

Talvez porque tenha mais impacto mediático ou porque o Estado se demita de uma das suas principais funções, o OE 2026 privilegia as prestações sociais ao apoio à ação social, pelo que nele não se vislumbra qualquer indicação de cumprimento do Pacto de Cooperação para Solidariedade Social de 23 de dezembro de 2021...

3. AUTÁRQUICAS 2025

No dia 12 de outubro mais de 9,3 milhões de eleitores foram chamados a definir nas urnas a composição dos órgãos dirigentes das 3.221 Assembleias de Freguesia, 308 Assembleias Municipais e 308 Câmaras Municipais. Tem vindo a intensificar-se a mobilização para este tipo de eleições: nas autárquicas de 2021 a abstenção tinha sido de 46,4% enquanto nestas eleições, em que a abstenção ficou no 40,7%, registou-se a taxa mais baixa desde as eleições de 2005. Louvavelmente, mas ainda é grande a abstenção...

Muito embora o Sector Social Solidário, enquanto tal, se tenha absterido de entrar na corrida autárquica, as eleições autárquicas não lhe são indiferentes porquanto as autarquias locais são cruciais para a democracia e o desenvolvimento local, pois gerem o território, fornecem serviços públicos e aproximam os cidadãos da tomada de decisões políticas. Elas promovem a participação cívica, são economicamente responsáveis por investimentos e são a base de uma administração mais direta e adaptada às necessidades locais.

As autarquias locais também podem ser muito importantes nas respostas sociais. Ao estarem mais perto dos cidadãos, conseguem compreender e responder melhor às especificidades do seu território, adaptando estratégias sociais à realidade local.

É nesse sentido que as autarquias locais podem desempenhar um papel importante na articulação de respostas sociais, colaborando nomeadamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), apoiando-as técnica e financeiramente na promoção de novos projetos ou equipamentos sociais e nas suas atividades, garantindo o acesso da comunidade a serviços essenciais, como os da área da infância, juventude, deficiência ou apoio a idosos.



IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

Despedimentos de grávidas a aumentar há cinco anos



A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego recebeu em 2024 mais de 2.000 comunicações de empresas que não iriam renovar o contrato de trabalho a termo ou pretendiam despedir grávidas ou pessoas em licença parental. Este valor é o segundo valor mais elevado em cinco anos, apenas superado em 2020.

Nos despedimentos, 2024 foi o pior ano, de acordo com os dados do mais recente relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional.

O Código do Trabalho indica que as empresas são obrigadas a comunicar à CITE a intenção de pôr fim à relação laboral com trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes, além de trabalhadores que se

encontrem a gozar a licença parental ou que sejam simultaneamente cuidadores. Esta comunicação serve para que a CITE possa analisar a validade do motivo para o fim do vínculo laboral.

De acordo com o relatório, em 2024, a CITE recebeu 1.894 comunicações relativas à não renovação de contratos de trabalho a termo, 138 referentes à cessação de contrato em período experimental e outras 138 sobre despedimentos.

Nos cinco anos referidos no relatório (2020-2024), o total de comunicações de não renovação do contrato de trabalho a termo envolvendo grávidas ou as outras situações referidas chegou às 8.299. Já os despedimentos chegaram aos 534 e a cessão do contrato de trabalho em período experimental afetou 544 pessoas.

GOVERNO ANUNCIA “SAD+SAÚDE”

Projeto-piloto junta Saúde ao Apoio Domiciliário

O projeto Sad+Saúde, que junta ao apoio domiciliário uma vertente de saúde, foi anunciado pelo Governo no início do mês de outubro e vai funcionar durante um ano. Haverá um projeto-piloto por cada região do continente (Norte, Centro, Sul, Litoral e Interior), após o que poderá ser alargado a todo o país.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, esclareceu que o “Sad+Saúde deverá prestar um vasto conjunto de serviços no domicílio do utente, com cuidados humanizados, centrados nas necessidades e nas expectativas de vida das pessoas, sempre em complementaridade com outros serviços ou respostas sociais. Entre os serviços prestados, destacam-se: Cuidados de higiene e conforto pessoal; Fornecimento de refeições ou confeção das mesmas no domicílio; Apoio na toma de medicação; Tratamento de roupa de uso pessoal e limpeza da habitação; Serviços de teleassistência; Apoios na realização de pequenas obras para eliminar barreiras físicas que dificultem a circulação no interior da habitação; Acesso a cuidados pessoais e de imagem; Acompanhamento nas deslocações ao exterior, seja a serviços de saúde, seja a compras e pagamentos de bens ou serviços; Apoio psicossocial; Atividades de

animação.”

A Portaria n.º 324/2025/1 foi publicada a 3 de outubro criando o Sad+Saúde e foi feito um aviso para que as instituições sociais das cinco regiões se possam candidatar a fazer parte do projeto-piloto. As entidades do Sector Social e Solidário vão poder candidatar-se aos projetos SAD+SAÚDE através da submissão eletrónica no portal da Segurança Social Direta, entre as 10:00 horas do dia 3 de novembro e as 17:00 horas do dia 24 de novembro de 2025. A dotação orçamental afeta a este período de candidaturas é de um pouco mais de 1,5 milhões de euros para as 5 experiências piloto.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disse que os projetos-piloto Sad+Saúde vão prestar serviços no domicílio à população idosa, com deficiência ou incapacidade, permitindo que se mantenha no seu meio natural de vida, nas suas casas e na comunidade. Rosário Palma Ramalho justificou que “o que tínhamos até agora normalmente era um regime de apoio domiciliário apenas na área social e sem estar ligado a saúde. Na área social o que fazem estes regimes é apoio de refeições, compras e higiene, mas não havia, pelo menos interligada, a componente de saúde, e hoje muitas pessoas idosas têm dependências de saúde, precisam

também de medicamentos, de cuidados de saúde primários, que podem ser dados a domicílio”.

As instituições sociais têm de se obrigar a prestar um conjunto de serviços, de apoio social e componente saúde, que são exigentes e que têm de ser prestados sete dias por semana.

Segundo o Governo, o Sad+Saúde tem de prestar pelo menos seis dos serviços previstos e funciona em horário alargado, incluindo fins de semana e feriados, sempre que necessário e com assistência 24 horas por dia.

Os utentes do Sad+Saúde podem acumular este serviço com outras respostas sociais, desde que de natureza não residencial, nomeadamente centros de dia, indica um comunicado do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, segundo o qual a atividade dos Sad+Saúde será monitorizada por uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação de que farão parte representantes do Instituto de Segurança Social, da Direção Executiva do SNS e de organizações do sector social com assento na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário. Devem ainda integrar a Comissão dois representantes dos utentes da resposta.

Os projetos-piloto terão uma duração de seis meses, prorrogáveis por mais seis.

8 MIL JOVENS PODEM BENEFICIAR

Desempregados até aos 30 anos podem acumular até 35% do subsídio de desemprego com novo salário

O IEFP estima abranger 8.000 beneficiários com o novo incentivo de regresso ao trabalho, que permite que os desempregados até aos 30 anos possam acumular até 35% do subsídio de desemprego com novo salário.

Em causa está “uma medida excecional de incentivo ao regresso ao trabalho”, destinada a jovens desempregados com idade inferior a 30 anos, que estejam inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e que recebam subsídio de desemprego. “De acordo com os cálculos do IEFP, esta

medida representa para os cofres do Estado uma poupança de 13 milhões de euros”, indica fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em resposta à Lusa.

Segundo o diploma publicado em Diário da República, caso celebrem um contrato de trabalho, os beneficiários podem receber um apoio correspondente a 35% do valor mensal do subsídio de desemprego no caso “de celebração de contrato de trabalho sem termo”, ou um apoio correspondente a 25% do valor mensal do subsídio de desemprego, “em caso de celebração de contrato

de trabalho a termo ou de contrato de trabalho a termo incerto”.

“Isto é, como os 8.000 beneficiários previstos passarão a receber 25% ou 35% do subsídio de desemprego, do montante total a que tinham direito, o Estado poupará cerca de 13 milhões de euros em subsídio de desemprego”, acrescenta fonte oficial do gabinete de Rosário Palma Ramalho, sublinhando que “o jovem passará a receber, no mínimo, 870 euros - valor mínimo que a empresa pode pagar - acrescidos dos 25% ou 35% do subsídio de desemprego”.

UDIPSS PORTO PROMOVEU SEMINÁRIO SOBRE 'MEDIR O BEM'

Ter impacto é garantir que a missão é cumprida

A UDIPSS Porto promoveu, no passado dia 23 de setembro, um seminário intitulado «Medir o Bem: Mito ou instrumento de avaliação do impacto?»

«Desconstrução do mito: o que nos diz a academia e a experiência» foi o tema do primeiro painel, que contou com as participações de Liliana Ribeiro, da Associação Irissocial, e Raquel Campos Franco, da Católica Porto Business School.

Recorrendo à definição de um académico, Liliana Ribeiro definiu impacto como o «conjunto de mudanças significativas e duradouras na vida das pessoas, comunidades ou ecossistemas, introduzidas por uma ação ou conjunto de ações específicas» e, do «Manual para transformar o mundo», foi buscar uma definição do que é a medição de impacto: «Refere-se ao processo de analisar, calcular e monitorizar as alterações (positivas ou negativas) que resultam do sistema de atividades da solução implementada (seja uma iniciativa, um programa, um serviço ou uma organização)».

E para que o processo possa avançar é necessário «determinar o objetivo de impacto: que mudança última se pretende gerar?», definir como fazê-lo, ou seja, «o que fazemos (ou vamos fazer) para

alcançar o objetivo de impacto?», o que pode implicar mudanças de conhecimento e de comportamento, e ainda o que fazer: «Que atividades, ações ou serviços vamos promover para alcançar a mudança?».

Liliana Ribeiro deixou ainda

algumas ideias sobre o que não é medição de impacto, como «contabilizar o número de atividades, ações, serviços e produtos ou de utentes, beneficiários e participantes», mas também «avaliar a satisfação» ou «fazer um vídeo promocional da instituição».

Outro aspeto é a recolha de testemunhos, que apesar de não ser avaliação de impacto, segundo Raquel Campos Franco, «são relevantes para lá chegar».

Para a docente da Universidade Católica, «ter impacto é garantir que a missão é cumprida», porque «trabalhar o impacto é trabalhar a missão e a chave do impacto está na missão».

«Deve-se ambicionar a avaliação do impacto, mas pode-se avaliar os contributos», sustenta, sublinhando que «a avaliação de impacto aumenta a coesão interna da organização e esta passa a ter algo com impacto para mostrar aos parceiros».

Já sobre os mitos associados à avaliação de impacto, Liliana Ribeiro referiu alguns, como: «A necessidade de recorrer a uma entidade externa; a exigência de um conhecimento técnico ou académico muito avançado; a ideia de que basta envolver uma pessoa da organização, o chamado 'Responsável'; o preconceito de que é algo pontual: faz-se apenas uma vez na vida de uma organização».

A terminar, Liliana Ribeiro deixou uma dica sobre como deve uma instituição começar a Medir o Bem: «Em primeiro, clarificar a mudança que a iniciativa pretende alcançar; depois, investir em conhecimento sobre o tema; e por fim, planear e

concretizar».

Perante o auditório da Fundação Manuel António da Mota, no Porto, repleto, o seminário prosseguiu com o Painel II, subordinado ao tema «Instrumento: o poder da comunicação».

Sob moderação de Liliana Ribeiro, Mariana Nogueira, do Banco Alimentar, Gilda Torrão, da Associação Dar Asas à Vida, e Maria Inês Taveira, da Associação Bagos d'Ouro, partilharam com a plateia a experiências de avaliar o impacto que promoveram as respetivas instituições.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)



CIM DO TÂMEGA E SOUSA APRESENTOU O PROJETO NODUS

Duas IPSS levam ao terreno nova resposta para o autismo

A Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa apresentou o projeto NODUS – Resposta para o Autismo do Douro, Tâmega e Sousa, uma iniciativa intermunicipal destinada a crianças até aos 4 anos com diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) e suas famílias, residentes nos 11 municípios da região.

O NODUS é promovido pela CIM

do Tâmega e Sousa em parceria com duas IPSS da região – a APADIMP (Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel) e a Associação de Solidariedade Social e Cultural para o Desenvolvimento de Rans –, contando com a orientação clínica da Unidade Local de Saúde (ULS) do Tâmega e Sousa.

O serviço ficará instalado no antigo Jardim de Infância de Rans, em

Penafiel, onde decorreu a cerimónia pública de apresentação, no passado dia 23 de setembro, que contou com técnicos especializados, profissionais de saúde e educação, representantes de entidades parceiras e da comunidade local.

O protocolo de cooperação integra também o município de Penafiel, a ULS do Alto Ave e o Centro Distrital de Segurança Social do Porto. O

edifício onde o projeto funcionará é propriedade da Câmara Municipal de Penafiel, que realizou as obras de reabilitação para a sua adaptação, sendo o NODUS cofinanciado pela União Europeia, através do NORTE 2030 e do Fundo Social Europeu Mais (FSE+).

O projeto NODUS baseia-se num modelo multidisciplinar e de intervenção precoce, garantindo acompanhamento

clínico e social às crianças, e apoio contínuo às famílias desde a confirmação do diagnóstico realizado pelo Serviço Nacional de Saúde.

Com esta resposta inovadora, pretende-se reforçar na região do Douro, Tâmega e Sousa o compromisso com a inclusão ativa, a saúde infantil e a coesão social, promovendo uma rede estruturada e integrada de apoio para toda a região.

APCC, COIMBRA

Concerto solidário com Leonor Quintaneiro na celebração dos 50 anos

Integrado nas comemorações do seu 50º aniversário, que têm decorrido ao longo do ano de 2025, a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) promove um concerto solidário, no próximo dia 19 de outubro, protagonizado pela jovem cantora Leonor Quintaneiro. A partir das 16h00, no Cineteatro Messias, na Mealhada, Leonor Quintaneiro, de apenas 14 anos e um novo talento da música portuguesa, vai abrilhantar o fim de tarde com a sua maviosa voz. Além de testemunhar ao vivo a capacidade e paixão interpretativas de Leonor Quintaneiro, “o público poderá ainda, desta forma, celebrar os 50 Anos da APCC e ajudar a fazer uma diferença efetiva no seu trabalho quotidiano junto de milhares de utentes e as suas famílias”, lê-se na nota enviada à redação do Solidariedade. Os bilhetes para o concerto solidário podem ser adquiridos na Secretaria no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra. Cada bilhete tem o preço de 10 euros (crianças entre os 4 e os 10 anos pagam metade). O espetáculo tem organização da APCC, com produção da Academia de Música de Coimbra e o apoio da Câmara Municipal da Mealhada e do Cineteatro Messias. O espetáculo insere-se no programa das comemorações dos 50 Anos da APCC, que se realizam ao longo de todo o ano.

LAR D. PEDRO V, PRAIA DA VITÓRIA

«Viver ControTempo» na comemoração do 163º aniversário

O Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória, Ilha Terceira (Açores), celebrou, no passado 10 de agosto, 163 anos de história em prol dos mais desfavorecidos.

Os responsáveis pela instituição aproveitaram a celebração para apresentar a renovada Política de Qualidade do Lar D. Pedro V, por Gustavo Lima, e ainda do projeto «Viver ControTempo», por Juliana Santos e Tânia Barcelos.

O projeto «Viver ControTempo» teve como parceiros o BPI La Caixa, o município da Praia da Vitória e ainda cinco Juntas de Freguesia do concelho.

O objetivo é promover o envelhecimento ativo, incrementar a qualidade de vida e combater o isolamento social, através de aulas que promovem o domínio físico, psíquico e social. O público-alvo do projeto são as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, com baixo grau de dependência.

O projeto está a ser desenvolvido nas cinco freguesias do concelho, em que, cada dia, centra-se em uma freguesia. Estão envolvidas as seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Nutrição, Animação Sociocultural, Educação Social e Enfermagem.

Durante a cerimónia, João Canedo Reis, presidente do Lar

D. Pedro V, referiu-se a “um projeto importantíssimo para a comunidade da Ilha Terceira”, que é a ampliação da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Por diversas dificuldades, desde o tempo da execução do projeto, o lançamento do concurso público para a obra e este ter ficado deserto, a desejada ampliação ainda não avança em 2025.

“Este era um projeto apoiado pelo PRR e que, infelizmente, não o conseguimos iniciar este ano. Estamos convictos que iremos iniciar no ano de 2026, através do PO 2030, porque esta é uma obra da maior importância para a Praia da Vitória e para a Ilha Terceira, devido à falta de respostas nesta área”, argumentou Canedo Reis, deixando um recado a quem governa: “As IPSS, que são uma mais-valia para a economia regional, têm de começar a ser vistas como um parceiro imprescindível na nossa economia. As instituições têm uma interessante percentagem de trabalhadores na Região Autónoma dos Açores e geram grande movimento na nossa economia, tendo sempre em atenção as pessoas que apoiamos, dos mais jovens aos mais idosos, passando pelas pessoas com deficiência. Estou convicto que toda a nossa comunidade tem ou teve algum familiar, vizinho ou amigo que já foi utente dos serviços de uma IPSS”.



esocial ESCALAS

by F3M

Gestão inteligente e humanizada de escalas de serviço



5 GRANDES PILARES

- Parametrização de regras e condições
- Personalização
- Alertas e insights
- Validação da conformidade
- Comunicação



Conheça o projeto

HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Conversas informadas e construtivas sobre os principais desafios das instituições

Troca de experiências e discussão de boas práticas

Melhoria contínua na prestação de cuidados

F3M



saiba mais em
www.f3m.pt

ASSOCIAÇÃO VAI AVANTE, GONDOMAR

Creche Lobitos é nova resposta social em S. Pedro da Cova



Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, sita em S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, inaugurou oficialmente a Creche Lobitos, nova resposta social com capacidade para 45 petizes.

A nova creche da instituição, criada no âmbito do PRR, funciona na antiga Escola Cimo da Serra, na rua de Dom Miguel, entrou em funcionamento no passado dia 1 de setembro e acolhe, para já, 36 crianças. E como o edifício, cedido pela Câmara Municipal de Gondomar, ainda tem algumas áreas devolutas, a Associação Vai Avante pretende ali instalar um Centro de Dia.

“Hoje é um dia feliz para mim”, começou por dizer Fernando Duarte, presidente da Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, que na sua intervenção deixou uma palavra para todos os parceiros, mas também aos trabalhadores e aos pais.

“Com a Creche Feliz todas as crianças têm oportunidade, os pais podem ir trabalhar descansados, porque sabem que os seus filhos estão em segurança”, afirmou Fernando Duarte, sublinhando que “a Creche Feliz foi das melhores coisas que se

fizeram neste país”.

As primeiras palavras do presidente da CNIS foram para “sublinhar a importância desta instituição”, porque “a Vai Avante vai muito na frente”.

De seguida, o padre Lino Maia elogiou “a boa articulação entre a instituição e a autarquia”, porque “esta ligação é muito importante” e “nem todas as Câmaras são assim”.

“O presidente da Vai Avante sublinhou a conciliação da vida profissional com a vida familiar como uma vantagem da Creche Feliz, mas há um outro aspeto que gostaria de sublinhar. É que a creche é um grande elevador social, é um dos grandes meios de combate à pobreza, em especial a hereditária”, argumentou o presidente da CNIS.

Pegando noutro aspeto referido por Fernando Duarte, o padre Lino Maia reforçou a ideia de que “há necessidade de revisão do decreto-lei que limita os mandatos dos órgãos sociais das IPSS, porque há dificuldade em encontrar novos dirigentes”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

490 anos ao serviço e de mão dada com a população

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta celebrou, no passado dia 7 de outubro, o 490º aniversário da sua criação.

Foi no ido ano de 1535, com a integração do antigo Hospital de Santo André, localizado na Vila Nova da Calheta, no património da então recém-criada Misericórdia, que se iniciou uma história secular de ajuda ao próximo.

Desde então, a instituição tem desempenhado um papel fundamental na saúde e na ação social da região. Atualmente, a instituição associada da CNIS serve cerca de 300 idosos através do Serviço de Apoio Domiciliário, acolhe 100 residentes nas suas ERPI e ainda serve fornece 100 refeições diárias à comunidade.

O provedor Mário Nunes, nas palavras que dirigiu aos presentes recordou o crescimento da instituição ao longo dos séculos, sempre de braço dado com a população da Calheta.

“A Santa Casa sempre esteve atenta e em ligação direta com a população, respondendo às suas necessidades na saúde e na área social”, sublinhou Mário Nunes, que saudou o recente acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social, que permitiu o preenchimento de 12 novas vagas no requalificado e ampliado Lar Nossa Senhora da Estrela, recebendo utentes vindos das unidades hospitalares.

DANÇANDO COM A DIFERENÇA, FUNCHAL

«Ciclo da (In)Visibilidade» no MUDAS para amplificar vozes silenciadas

A Dançando com a Diferença promove, entre os dias 15 e 18 de outubro, o evento «Ciclo da (In)Visibilidade», no MUDAS. Museu de Arte Contemporânea da Madeira, local de residência artística da Companhia.

O objetivo central deste evento é contribuir para a construção de novas subjetividades e amplificar vozes frequentemente silenciadas no panorama da criação artística contemporânea.

O programa contará com a participação de um leque diversificado de convidados regionais, nacionais e internacionais, promovendo um diálogo transdisciplinar através de performances, palestras, debates e outras manifestações artísticas.

Para Henrique Amoedo, diretor artístico da Dançando com a Diferença, o evento “propõe uma imersão coletiva para desafiar as perceções do que é um corpo ‘visível’ na nossa sociedade” e sublinha: “Queremos criar um espaço onde a diferença não só é mostrada, mas é também a força motriz para uma nova narrativa, potenciando a emergência de novas subjetividades na arte. Queremos envolver a comunidade neste debate, numa altura, em que politicamente é necessário exercermos a liberdade”.

A entrada é gratuita, com emissão de certificado de participação mediante solicitação.



PAULO ARSÉNIO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

O Município tem uma relação saudável e de parceria com todas as IPSS

A cidade de Beja acolhe, na Casa da Cultura, no próximo dia 24, a XVIII Festa da Solidariedade. Concelho do interior alentejano, Beja tem no envelhecimento da população (23% da população tem mais de 65 anos) o seu maior problema social.

“Devido à idade avançada de uma parte significativa da população, portanto, dentro de um país já envelhecido, somos um concelho um pouco mais envelhecido, temos as dificuldades que daí resultam”, começa por referir Paulo Arsénio, presidente da Câmara Municipal de Beja, acrescentando: “A estas juntamos uma forte comunidade de etnia e uma grande imigração nestes últimos anos”.

A ação da autarquia tem sido no sentido de “esbater as várias dificuldades, através da sua intervenção própria e de parcerias com as IPSS do concelho”.

Em entrevista ao SOLIDARIEDADE, o edil sublinha, entre outras coisas, o papel fundamental das IPSS na coesão social do concelho bejense e ainda a “honra”, pela confiança demonstrada pela CNIS, que é para Beja receber a XVIII Festa da Solidariedade.

SOLIDARIEDADE - A imigração poderá ser um fator de rejuvenescimento da população?

PAULO ARSÉNIO - Muito... Em primeiro, são pessoas extremamente necessárias no território para desempenharem um conjunto de tarefas essenciais para a economia e para as quais não há mão de obra disponível entre a população local, estamos a falar de tarefas na construção civil, agricultura, mas também na hotelaria e restauração. Depois, têm algumas diferenças quer até cavam um fosso cultural entre a comunidade portuguesa e essas pessoas, que são hábitos religiosos e culturais muito diferentes dos nossos. Desde logo com uma barreira muito difícil de transpor como é a Língua. São pessoas necessárias, mas cuja integração nem sempre tem sido fácil.

Já falou em parceira, mas como é a relação da Autarquia com as IPSS?

A relação é saudável e de parceria. Temos IPSS que cumprem funções na sociedade e que cumprem diferentes funções, todas elas necessárias ao bem público. A relação do Município de Beja com as 25 instituições do concelho, com as quais trabalhamos e nas quais nos apoiamos, é muito fraterna, de boa convivência e em que todos temos uma consciência positiva de que só trabalhando de braço dado e com um



espírito comum é que podemos ultrapassar as dificuldades que afetam centenas de pessoas no nosso território.

Como define, então, a importância dessas 25 IPSS aqui no concelho?

Todas elas são essenciais. Algumas desenvolvem a sua ação nas aldeias, o que chamamos meio rural, outras na cidade e algumas são mesmo supraconcelhias, como o Banco Alimentar Contra a Fome. Todas elas são absolutamente indispensáveis, todas elas desempenham papéis cruciais naquilo que é a agregação e coesão social do território. Sabemos também das dificuldades que muitas passam, nomeadamente devido ao financiamento do Estado Central, ou seja, desempenham papéis fundamentais, mas vivem, internamente, algumas dificuldades. Nesse sentido, temos vindo a apoiá-las, não em todas as suas dificuldades, mas temos transferido um apoio anual, que tem vindo em crescimento, e neste momento têm uma ajuda da autarquia já muito simpática.

Em que medida a interioridade agrava as situações sociais?

Certamente, os grandes centros urbanos também têm as suas dificuldades, mas a interioridade agrava, desde logo, porque a população é tendencialmente envelhecida e as oportunidades de trabalho e emprego também são menores do que no litoral. Nem todas as pessoas estão aptas para trabalhar, sobretudo, na

agricultura ou nas obras públicas e na construção civil, que é aquilo que ainda vai mexendo mais. Havendo uma dificuldade de integração social por as oportunidades de emprego serem menores, dificulta mais o processo no interior. Mas enquanto presidente da Câmara, faço o diagnóstico, mas nunca fiquei no lugar a olhar. Um mundo ideal, que não existe, era onde as IPSS não existissem. Mas são necessárias e desempenham um papel fundamental e a Câmara cá está para ser parceira.

A Creche gratuita poderá inverter a tendência de envelhecimento da população bejense?

É um fator importante. O programa Creche Feliz, que tem vindo a ser implementado e progressivamente aumentado, é também um programa muito feliz para o interior do país, porque, desde logo, desonera os pais de um forte investimento mensal. Neste sentido, é um forte incentivo à natalidade. Quando falamos de incentivo à natalidade, na minha opinião, e não é uma crítica a quem o faça, não é um cheque de mil euros no momento do nascimento. Os pais compram alguma roupa, um berço e mais qualquer coisa e os mil euros vão à vida! Agora, a creche que é paga mensalmente durante uma fase da vida pelo Estado, deixando de ser um encargo muito violento para os pais, aí sim, é um incentivo real à natalidade. Por isso, a Creche Feliz, à medida que se for desenvolvendo no concelho de vagas, criando mais vagas, quase que me arrisco a falar pelos meus

homólogos do distrito de Beja, que é uma medida muito positiva e na qual os governos devem apostar e criar uma rede que abranja cada vez mais pais, porque é um incentivo à natalidade e pode ser que daqui a uns anos contribua para o rejuvenescimento da população.

O que significa para Beja receber a XVIII Festa da Solidariedade, evento da CNIS que já passou pela quase totalidade dos distritos?

Em primeiro lugar, estamos muito satisfeitos por ter esta honra de receber a Festa da Solidariedade e pela CNIS ter confiado em Beja e na sua UDIPSS para o dia de encerramento do evento. Portanto, agradecer a confiança em organizarmos esta festa. Depois, esperamos que haja uma boa adesão das IPSS da nossa região e que estejam presentes na Festa em grande número, fazendo dela uma verdadeira iniciativa de solidariedade e ainda que a cidade participe ativamente nesse dia no evento. Para nós, é muito importante, é uma nova experiência e esperamos não ter de aguardar mais 18 anos para a Festa voltar a Beja. Estamos muito confiantes que o dia 24 de outubro seja um grande momento de afirmação da solidariedade entre os portugueses e entre as instituições, que o têm sabido demonstrar em todos os momentos do quotidiano da vida e especialmente nos mais difíceis, e cá estaremos de braços abertos para acolher todos os que queiram vir ter conosco a Beja e esperemos que sejam muitos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

XVIII FESTA DA SOLIDARIEDADE – BEJA 2025

Dia 24 de outubro todos os caminhos vão dar à Casa da Cultura de Beja

É já no próximo dia 24 de outubro que se realiza a XVIII Festa da Solidariedade, na Casa da Cultura, em Beja, com a animação a arrancar logo às 10h00.

Uma vez mais, a CNIS promove o evento que celebra o espírito solidário das IPSS e que será, novamente, antecedida pelo périplo da Chama da Solidariedade pelo distrito de Beja.

Mértola, Aljustrel, Odemira, Alvito e Moura são as cidades que vão receber o facho solidário antes da chegada a Beja e nas quais, consoante a proximidade, se reunirão ainda as instituições dos demais concelhos do distrito alentejano.

Assim, a Chama da Solidariedade estará: dia 20, em Mértola, reunindo ainda as instituições de Ourique e Almodôvar; dia 21, de manhã, em Aljustrel, com instituições de Castro Verde e Ferreira do Alentejo, e, de tarde, em Odemira; dia 22, no Alvito, ainda com IPSS de Vidigueira e Cuba; e, dia 23, em Moura, com instituições de Barrancos e Serpa.

Ainda no dia 23, véspera da chegada da Chama ao local da Festa, no Clube UNESCO, em Beja, a partir das 14h30, a CNIS promove a conferência «Multidimensionalidade do envelhecimento: das necessidades das pessoas mais velhas à configuração das respostas sociais».

Refletir sobre as necessidades atuais e futuras das pessoas mais velhas, tendo em conta as suas capacidades e multiplicidade das suas vivências, bem como a forma como a sociedade se organiza e mobiliza para lhes responder é o objetivo do encontro, direcionado a dirigentes e equipas técnicas das IPSS, investigadores, docentes e estudantes.

A participação é gratuita, mas está sujeita a inscrição obrigatória e limitada à capacidade da sala.

O programa da conferência é o seguinte:

Sessão de abertura, com Conceição Casanova, presidente da UDIPSS Beja e Paulo Arsénio, presidente da Câmara Municipal de Beja; Mesa-redonda, moderada por Filomena Bordalo, assessora da CNIS; com António Mestre Bota, presidente da CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, António Leuschner, médico psiquiatra e vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, Helena Recto, consultora no Sector Social Solidário, e Maria João Quintela, vogal da Direção da CNIS e presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia; Sessão de encerramento, com Lino Maia, presidente da CNIS, e Clara Marques Mendes, secretária de Estado da Ação Social e Inclusão.

EDIÇÃO 18

Com a realização de mais uma edição da Festa, a CNIS volta a promover a passagem da Chama da Solidariedade pelos concelhos do distrito que acolhe o evento, este ano, Beja.

Depois do distrito do Baixo Alentejo, ficam a faltar apenas dois (Aveiro e Leiria) para que a Festa e Chama da Solidariedade toque todos os distritos e regiões autónomas do País.

São 18 edições de Festa da Solidariedade, tendo a primeira edição decorrido em Lisboa, no ido ano de 2007, a única que não teve Chama, que só surgiria no ano seguinte.

“A ideia da Chama nasceu na APPACDM de Viana do Castelo, que dinamizou uma Chama que viajou do Algarve até Viana do Castelo. Como o professor Manuel Domingues, presidente da



APPACDM à altura, pertencia à Direção da CNIS, levou a ideia para a Confederação, que a acolheu com entusiasmo”, recorda Eduardo Mourinha, que até 2023 acompanhou de perto a organização e a realização do evento nos diversos distritos.

Eduardo Mourinha, de 86 anos, esteve ligado como dirigente aos Sector Social Solidário desde 1981. Primeiro apenas em IPSS e, a partir de 1993 como dirigente do Secretariado Regional de santarém da, então, UIPSS. Em 2003, entrou para a UDIPSS Santarém quando esta foi criada, tendo assumido a presidência em 2008, onde permaneceu até 2021. Por outro lado, foi dirigente da CNIS entre 2009 e 2023, tendo passado pelos três órgãos estatutários da Confederação, tendo estado, desde o início, ligado à organização da Festa e, em especial, da Chama da Solidariedade, que acompanhava religiosamente.

“A primeira Chama foi de Lisboa até Barcelos, tendo passado por Santarém, Leiria e foi por aí acima até Barcelos e, pelo caminho, foram-se fazendo festas por aí acima. Nessa altura, a Chama passava por diversos distritos”, conta, lembrando ainda que “o primeiro sítio onde, pela primeira vez, se fez o percurso da Chama apenas em um distrito foi, em 2011, em Santarém”.

Eduardo Mourinha recorda que “ainda houve mais umas edições em que a Chama percorreu o território nacional entre os dois locais da Festa”, mas depois, por diversas razões, “abandonou-se a ideia de a Chama passar pelos distritos até ao novo local da Festa, optando-se pela entrega simbólica da Chama pela UDIPSS que organizou no ano anterior à União que está a organizar a desse ano”.

A antigo dirigente lembra ainda a edição singular que aconteceu em 2018: “O único distrito onde se fez o percurso da Chama durante todo o ano, passando por todos os concelhos do distrito ao longo de nove meses, foi o de Setúbal”.

Para Eduardo Mourinha, “a Chama não é só para as IPSS,



mas para toda a comunidade e deve levar-se as autarquias e as juntas de freguesia a associarem-se”.

“Houve sítios em que verifiquei que as pessoas estavam integradas e participavam, mas era preciso as Uniões Distritais mobilizarem e dinamizarem as instituições. E não era só as organizações da área da solidariedade, porque também abrangíamos as áreas do social, do desporto, etc., para que, assim, se fizesse uma verdadeira Festa da Solidariedade com todas as coletividades”, acrescenta, expressando o que é, para si, o espírito da Chama da Solidariedade: “A Chama é o chamamento das pessoas para o que se deve fazer em solidariedade, que não é apenas ensinar os meninos e dar comidinha aos velhinhos. Não, a solidariedade tem de ser entre todas as pessoas, nos bairros, entre vizinhos, entre todos”.

Este ano, Beja é capital da Solidariedade, com a Casa da Cultura a receber exposições, desfile de IPSS, conversas e muita animação, com música, dança, teatro, entre outras atividades.

A Festa arranca às 10h00, por volta das 14h30 haverá o momento institucional, com discursos das entidades presentes, prosseguindo o evento até cerca das 17h00.

A CNIS e a UDIPSS Beja convidam todos a estarem presentes e a participarem na maior festa da solidariedade do país.

CENTRO INFANTIL DE NOSSA SENHORA DO CARMO, MOURA

Um futuro melhor tem sido adiado pelos entraves da burocracia

São 91 anos a olhar pelas crianças de Moura, primeiro pelas desvalidas da vida e depois pelas de toda a comunidade mourense. Foi no ano de 1910 que “o Cônego Aurélio, juntamente com as senhoras da caridade de Moura, decidiu abrir um centro para acolher meninas e meninos”, conta Cristina Navas, pessoa há muito ligada à instituição, prosseguindo: “O dos meninos fracassou e ficou só o centro para meninas. Em 1934 foi cedido aqui neste espaço um edifício, bastante degradado, onde, então, começou a instituição como Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Carmo”.

E se o arranque se deu por uma resposta a meninas pobres sem retaguarda familiar, o primeiro impulso da instituição, com abertura da creche, acabaria por ditar o futuro da instituição.

“Entretanto, construiu-se um anexo para ser a Creche do Menino Jesus, que recebia os filhos das trabalhadoras do campo, que traziam 50 cêntimos e uma fatia de pão! Estavam aqui umas freiras de Beja, da Congregação das Oblatas do Divino Coração, que, juntamente com as meninas, se encarregavam de manter isto e a creche”, explica Cristina Navas, uma espécie de memória viva do Centro Infantil da Nossa Senhora do Carmo.

Com o 25 de Abril, a vertente de acolhimento encerrou.

“Disseram-nos que a casa já não era necessária, porque já não havia meninas a precisar. E foi de um dia para o outro!, recorda, lembrando ainda que, então, “alargou-se a creche e fez-se uma creche e jardim de infância”.

A necessidade também era maior, pois começou a haver “muitas mães de Moura a trabalhar”.

Hoje, o Centro Infantil de Moura acolhe 73 bebés em Creche e 94 no Pré-escolar. Faz intervenção precoce junto de 106 crianças, serve 22 refeições dia no âmbito da Cantina Social e distribui alimentos a 244 pessoas, através da Medida de Combate à Privação Material. Tudo com uma equipa de 37 funcionários, cinco dos quais no âmbito da parceria com o IEFP.

Depois de Casa do Trabalho e Creche do Menino Jesus, a instituição, em 1982, passou a designar-se Centro Infantil da Nossa Senhora do Carmo, tendo as freiras saído em 1996. A instituição tem um cariz católico, mas não é de direção canónica.

Muitos dos obstáculos que os responsáveis pelo Centro Infantil enfrentam prendem-se com o edificado, seja pelas instalações, seja pela burocracia que um edifício antigo exige.

O equipamento, cujo espaço exterior é

ideal para crianças pequenas brincarem e se desenvolverem, foi inicialmente o Convento de Santa Clara, tendo depois passado para o Exército e sido quartel até que, passados anos e por cedência em regime de comodato pela Câmara Municipal de Moura, passou para a instituição.

“O edifício estava abandonado e fizeram-se apenas umas pequenas obras”, lembra Cristina Navas, acrescentando acerca da intervenção feita na infraestrutura: “Quem projetou o edifício tal como está não o fez corretamente, porque a creche está no primeiro andar e o infantário no rés-do-chão!”.

Mas a principal batalha do Centro Infantil tem sido com a burocracia.

“Houve dificuldades em definir quem era o proprietário do edifício, tendo a autarquia assumido, finalmente, a sua propriedade, tendo, então, aplicado o regime de comodato”, sublinha Cristina Navas.

“Isso agora está ultrapassado, porque já temos a cedência por comodato pela Câmara Municipal e já temos um projeto para requalificação”, revela Maria Oliveira, presidente do centro Infantil, explicando as dificuldades da instituição: “Era impossível candidatar-mos ao que quer que fosse porque não tínhamos a propriedade das instalações. A lei mudou e temos que adequar as instalações à lei. Depois, temos perdido imensos projetos por causa destas burocracias. E também não tem havido grande vontade política em nos ajudar”.

Para a presidente da instituição, que também foi utente da instituição, “precisamos de regularizar tudo para podermos olhar o futuro de outra forma”.

Tudo começou com 18 crianças, tendo a instituição chegado às 310, com a abertura do ATL, entretanto encerrado, seis salas de 25 de Pré e 100 crianças de creche.

Sobre o impacto da Creche Feliz, Sandra Coelho, diretora-técnica da instituição, é pragmática: “Por um lado, facilitou-nos, mas, por outro, dificultou, principalmente às famílias, por causa dos critérios. Temos mais crianças a frequentar, a maior parte filhos de famílias desfavorecidas, sendo que as crianças de pais que trabalham ficam para último. E isto tem sido um problema”.

A mais-valia é que “deixa de haver participação familiar, que agora é assegurada pelo Estado”, refere Sandra Coelho, sublinhando: “Os rendimentos das famílias são baixos, logo as mensalidades eram baixas. Não saímos nem a ganhar nem a perder, estamos é mais seguros, porque não há falhas”.

No entanto, a presidente da instituição vê um problema nesta medida.

“Com o fim da gratuidade na passagem para o pré-escolar, pagar tem levado alguns pais a optar pelo público. Agora, a nossa única diferença é o horário, que é mais vantajoso para os pais, porque a instituição funciona 11 horas, das 7h00 às 18h00, e o Público não”, sustenta Maria Oliveira, avançando que não se importa que a medida da gratuidade fosse estendida ao Pré-escolar: “Se fosse uma medida como é a da Creche Feliz, para nós era uma maravilha. As instituições que não concordam devem ter participações familiares elevadas, aqui as mensalidades são muito baixas”.

Como seria Moura sem o Centro Infantil?

“O Centro Infantil faz parte de Moura e faz parte da história das pessoas de Moura.”

Não é só uma escola, é história de Moura”, afirma Maria Oliveira.

Já para Cristina Navas, “é uma referência e por alguma razão, no passado, era chamada de Santa Casa, porque isto sempre foi a Santa Casa para todos os mourenses”.

“O Centro Infantil não é só um edifício cheio de vida. É um lugar onde se plantam sementes todos os dias. Sementes de autonomia, de curiosidade, de solidariedade e de esperança. E talvez seja isso o mais bonito de tudo: saber que no coração de Moura, há um lugar onde se acredita, verdadeiramente, que a infância é o início de tudo. E que vale a pena cuidar dela com tudo o que temos”, afirmou, por seu turno, Sandra Coelho.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)





Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N° 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

ACUREPEDA, TÁBUA

Tribunal de Coimbra absolve instituição do crime de burla tributária

Perante as «falhas» e «lacunas» na investigação do caso, que remonta a 2015, e ainda pelos factos apurados durante o julgamento, o Tribunal de Coimbra absolveu a Associação Cultural e Recreativa de Defesa e Propaganda de Ázere (ACUREDEPA) e o seu antigo presidente da Direção da prática de um crime de burla tributária, que, segundo constava na acusação do Ministério Público, teria lesado a Segurança Social em mais de 60 mil euros.

Segundo o Ministério Público, a IPSS do concelho de Tábua teria recebido cerca de 67 mil euros em comparticipações do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, entre janeiro e dezembro de 2015, fruto do acordo de cooperação para o SAD (Serviço de Apoio Domiciliário).

Como constava da acusação, o presidente da IPSS, em funções até janeiro de 2019, teria enviado listagens de utentes do SAD à Segurança Social que não tinham beneficiado dos serviços, com o objetivo de a instituição receber mais dinheiro.

Conforme acusava o Ministério Público, “o arguido, para todos os utentes, declarou a prestação dos quatro serviços básicos, atividades extra como acompanhamento ao exterior e outros serviços”, o que, para o coletivo de juízes, não ficou provado.

Segundo a presidente do coletivo de juízes, o que se passou, nalguns casos, foi que, a pedido dos familiares dos utentes, pontualmente, os utentes receberam apoio na própria instituição.

No decorrer do julgamento, conforme destacou a juíza, houve testemunhas que deram conta

da “mais-valia” que é ter a instituição numa comunidade pequena como é Ázere.

Atualmente, a instituição de Ázere acolhe 79 idosos em ERPI e apoia três utentes em Centro de Dia e mais nove em SAD.



TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas



Plataforma Integrada WEB



Utentes



Caixas e Pagamentos e Fornecedores



Bancos



Qualidade 3ª Idade



Rendas



Qualidade Infância e Juventude



Associados Irmãos



tsr sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt



Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



O Poder Local democrático

1 – Escrevo no rescaldo das eleições para as autarquias locais, ocorridas no dia 12 de outubro.

Os resultados não acompanharam as tendências que vinham marcado os processos eleitorais mais recentes, designadamente no que respeita a eleições legislativas.

Com efeito, a repetição sucessiva – e porventura excessiva – de eleições para a Assembleia da República, na sequência das diversas dissoluções do Parlamento que marcaram o segundo mandato de Marcelo Rebelo de Sousa, essa repetição – repito – tinha trazido consigo dois fenómenos convergentes para o aparente declínio da democracia liberal sob a qual felizmente temos vivido: a fragmentação da representação parlamentar, por um lado; e, por outro lado, o esmorecimento dos partidos tradicionais, que ao longo de 50 anos vinham alternadamente constituindo a base de sustentação dos sucessivos governos, esmorecimento traduzido principalmente no quase desaparecimento do CDS e na perda significativa do eleitorado dos partidos que, praticamente desde a promulgação da Constituição de 1976, asseguraram o rotativismo no exercício do poder executivo: o PS e o PSD, o chamado “centrão” – que, com o CDS, constituíram a trindade que ficou conhecida como o “arco da governação”.

Este “arco da governação” só viu alargado os seus limites quando o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, sob a mão de António Costa e através da Geringonça, acederam à proximidade das soluções de Governo – do 1º Governo de António Costa.

A referida fragmentação e o enfraquecimento dos partidos do centro político foram acompanhadas pelo ascenso vertiginoso de um novo partido, colocado na extrema-direita do hemiciclo parlamentar – o CHEGA –, que se afirma contra o “Sistema”, nome sob o qual designa a democracia constitucional liberal que foi instaurada pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

2 – Os resultados das eleições autárquicas de ontem fugiram do figurino que tem marcado as mais recentes eleições legislativas.

E fugiram no bom sentido.

Não se cura aqui de saber de preferências partidárias ou de afinidades ideológicas.

Ganhou quem o povo quis que ganhasse.

Mas há fenómenos que, resultando embora da expressão dos votos, como que ultrapassam as opções particulares que esses votos traduzem.

Como primeiro exemplo, verificou-se que grande número de candidaturas, que saíram vencedoras do sufrágio, eram constituídas por cidadãos independentes, sem obediências ou constrangimentos partidários – o que permite concluir pela justeza da alteração legislativa que, há alguns anos, alargou e simplificou a possibilidade de candidaturas independentes.

Com efeito, uma das explicações

que têm sido dadas para o fenómeno do aparente declínio da democracia representativa radica na alegada falta de qualidade dos representantes, designadamente dos deputados, cuja maioria os eleitores não conhecem, e cujas qualificações para o serviço público são igualmente desconhecidas ou inexistentes – uma vez que as respectivas carreiras decorrem inteiramente no mundo dos corredores partidários, criando vinculações e compromissos que contaminam o exercício das funções representativas.

Uma das lições das eleições autárquicas do dia 12 de outubro bem pode ser o da conveniência do alargamento às eleições para a Assembleia da República da possibilidade de cidadãos independentes se poderem candidatar em condições de igualdade ao privilégio de representar os seus concidadãos no exercício do poder legislativo.

Um outro fenómeno que as eleições de ontem desvendaram foi a da recomposição do chamado “bloco central”, significando o reforço das votações conjugadas do PS e do PSD, fundamentalmente à custa do refluxo eleitoral do CHEGA.

Essa conjugação dos dois principais partidos do Regime tinha sofrido um forte abalo nas últimas eleições legislativas, designadamente tendo deixado de constituir o quórum para as alterações à Constituição.

O jornalista Manuel Carvalho, no “Público” do dia seguinte às eleições, explica, com forte expressividade,

essa lição: “Nas terras de Portugal, escolhem-se os melhores, os que merecem mais confiança, não rostos distantes ... Muitas das vitórias e das derrotas explicam-se mais pelo perfil dos candidatos do que pelo apego a doutrinas e programas – também por isso há tantos presidentes eleitos por movimento de cidadãos... estas eleições são uma prova da força da democracia local. Há no municipalismo, na autonomia das vilas e cidades, um bastião de resistência ao extremismo radical da direita populista que vale a pena enaltecer. A proximidade e a capacidade de responder às necessidades das pessoas ainda são o maior antídoto contra o vírus da demagogia e da pulsão iliberal.”

3 – O novo Presidente da Câmara da minha terra, o dr. Pedro Duarte, no rescaldo das eleições, terá afirmado que “O Porto... não elegeu só um novo presidente da câmara, elegeu um novo líder para o Norte de Portugal, ... uma voz que se vai levantar contra o centralismo exacerbado do país.”

Está bem o propósito. Porém sucede que, à face da organização administrativa do território, o Norte de Portugal não existe; embora não haja campanha eleitoral desde há 30 anos a esta parte em que a promessa de regionalização administrativa não conste do catálogo das promessas.

Sempre em vão!

O ritual tem sido o seguinte:

PS e PSD consideram que tal reforma administrativa, porque fracturante,

terá de merecer o acordo de ambos os partidos.

Assim, quando o PS comanda o Governo, o PSD é contra a regionalização; dizendo o PS que é a favor; mas, quando se aproximam novas eleições, o mesmo PSD, esquecendo que bloqueara tal reforma durante o mandato cessante, inclui tal reforma no programa de candidatura às mesmas eleições.

Mas, se ganhar as eleições e formar Governo, depressa o PSD meterá no saco das violas tal audaciosa promessa – até às eleições seguintes.

É então altura de o PS desenterrar a promessa do baú – para a voltar a enterrar nas eleições subsequentes.

Quando é a vez de ser o PSD a comandar o Governo, repete-se o procedimento, mas invertem-se as posições: é sempre o outro que defende o adiamento dessa reforma, quando está no governo; reclamando contra o boicote do outro partido, quando na oposição.

Durante os últimos 10 anos, os dois referidos partidos nem precisaram da pantomina; a oposição do Presidente da República fez o mesmo efeito.

Fernando Gomes, Rui Rio e Rui Moreira, em seu tempo, levantaram-se contra esse “centralismo exacerbado”, em defesa do Norte.

Mas esse pecado capital continua a marcar as desigualdades que empurram o País para trás.

(“Mas temo-me de Lisboa/que ao cheiro desta canela/ o reino nos despojava.” – Sá de Miranda)

Diz quem sabe ...





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓[®]

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES, VIANA DO CASTELO

Aposta na inovação para melhorar serviços e sustentabilidade

Criado, apenas no papel, em 1999, o Centro Paroquial e Social de Lanhesees esteve em suspenso até 2012, tendo entrado em funcionamento há uma década, em 2015.

“A instituição foi criada pelo anterior pároco, em 1999, mas esta instituição só existe por causa do padre Daniel Rodrigues, o atual pároco e presidente da instituição, que é o grande responsável pela sua entrada ao serviço da população”, sustenta Vasco Araújo, diretor executivo da IPSS, desde 2016.

Situada numa zona do concelho de Viana do Castelo que não oferecia respostas sociais, “havia a necessidade e a vontade e Lanhesees está numa localização que fazia todo o sentido ter uma estrutura destas”, acrescenta.

A primeira resposta social a entrar em funcionamento foi a Creche, em 2014, hoje com uma frequência de 42 crianças. Seguiram-se, no ano seguinte, as valências de Centro de Dia (30 utentes), ERPI (30) e SAD (42, mas apenas 14 cobertos por acordo de cooperação). A instituição cuida de todos os utentes com uma equipa de 46 funcionários.

“No concelho de Viana do Castelo, com este tipo de respostas é a instituição que toca mais freguesias”, sublinha Vasco Araújo.

Com 42 crianças em creche, o diretor executivo considera que “a Creche Feliz não estava desenhada para a sustentabilidade da resposta, como se verificou, mas há sempre espaço para melhorar”.

“Os encargos são significativos, os vencimentos das educadoras são o que se sabe... Aliás, as participações deviam acompanhar o peso da massa salarial. Depois, há um conjunto de questões que deviam ser aprofundadas, como outros custos que precisam de ser salvaguardados. Penso que a creche devia ser mais bem comparticipada”, sustenta, acrescentando: “Acreditamos muito que não é só o financiamento, achamos que somos capazes de fazer melhor do que fazemos. Nesse sentido, se a creche fosse uma resposta isolada, seria um problema, mas como está incluída

num todo, já não é tão significativo”.

Mas não é apenas a creche que levanta problemas, porque, segundo Vasco Araújo, “o financiamento tem muito que ver com a qualidade”.

“O SAD torna-se uma resposta muito exigente do ponto de vista financeiro. Temos um acordo com a Câmara Municipal para apoiar alguns utentes da área da montanha, mas seria muito melhor termos um acordo de cooperação mais alargado, e não apenas os 14 atuais”, exemplifica, frisando: “E temos ainda o detalhe, que é um ‘pormenor’, que são as distâncias que temos de percorrer”.

Do ponto de vista financeiro, o Centro Paroquial de Lanhesees está de boa saúde, apesar do endividamento ainda da construção do edifício sede, mas “é uma situação controlada”.

“Esta instituição, de início, teve grandes dificuldades, mas, atualmente, é a nível distrital, talvez, a quarta com melhor desempenho financeiro nos últimos cinco anos. Há determinados pressupostos de gestão implantados que favorecem esse desempenho. A profissionalização da gestão foi crucial neste resultado”, explica o diretor executivo.

Com uma forte aposta na inovação, apoiando-se nas novas tecnologias, a instituição tem lançado diversos projetos pioneiros em Portugal.

O mais conhecido de todos é o projeto Elisa, nome do assistente virtual desenvolvido para prestar apoio às organizações do Terceiro Sector, que tem na base uma parceria entre a IPSS de Lanhesees, a Microsoft Portugal, a Visual Thinking e a Diocese de Viana do Castelo. Em termos práticos, a Elisa é um assistente virtual que responde a um conjunto, cada vez maior, de questões relacionadas com o quotidiano das IPSS.

“A Elisa é um assistente virtual que não inventa, não é um Chat GPT, pois funciona de uma forma diferente e apenas com a sua base de dados. A Elisa tem uma base de dados que foi desenvolvida e só trabalha segundo esses dados”, esclarece Vasco Araújo.

Um outro projeto em marcha na instituição, desde há dois anos é o

VianaVRSénior, uma iniciativa que pressupõe a utilização de óculos de realidade virtual imersiva em contexto de conhecimento. Ou seja, com os óculos os utentes das diferentes respostas sociais podem viajar... sem sair do lugar. “Temos tido excelentes resultados e os benefícios são incríveis”, sublinha, afirmando que o lançamento de projetos é feito “muito na lógica de os procurarmos materializar sem onerar em excesso a capacidade financeira da instituição, algo que é uma característica da nossa organização”.

Sempre sob o lema de “honrar os compromissos religiosamente e tratar os utentes o melhor possível”, a instituição prepara-se para alargar a sua capacidade de resposta em dois novos equipamentos.

“A Creche em Deucriste já está a ser construída pelo município de Viana do Castelo, com quem temos uma parceria, em que nós colocamos o ‘know how’ e fazemos a exploração do espaço por 20 anos”, revela Vasco Araújo, avançando que “é um projeto que, do ponto de vista financeiro, não onera muito as contas da instituição”.

A nova creche terá 42 vagas, contará com nove ou 10 funcionários e

deverá entrar em funcionamento em janeiro do próximo ano.

“E temos uma candidatura para construir um Centro de Dia na freguesia da Montaria, a única no concelho de Viana do Castelo considerada de baixa densidade. Contámos com o apoio da autarquia no projeto e esperamos que em agosto de 2026 esteja construída”, afirma.

Esta infraestrutura implicará a contratação de quatro funcionários, para cuidar de 30 utentes, que é a capacidade máxima.

“A nossa intenção é termos uma carrinha no local para salvaguardar um tecido de pessoas que têm necessidades e a que ainda não conseguimos chegar”, sustenta, revelando: “Não construiremos cozinhas em nenhuma destas estruturas, terão uma copa, porque as refeições serão confeccionadas na cozinha central. Garante um índice de sustentabilidade mais interessante”.

Sobre a instituição, Vasco Araújo conclui: “Fazemos um trabalho despretensioso e muito honesto”.



FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

ORÇAMENTO DE ESTADO 2026

Sector Social Solidário sem novidades quanto à atualização do Pacto de Cooperação

No Orçamento do Estado para 2026, no que diz respeito à ação social, estão previstos 4.030,5 milhões de euros para reforço do compromisso com o setor social e solidário para 2026, bem como com a continuidade do alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, no seguimento dos acordos assinados em 2025. “No orçamento para 2026 estão considerados 374 milhões de euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dando cobertura a diversas respostas sociais”, diz o Governo, acrescentando que irá fazer uma “gestão e monitorização mais rigorosa das respostas sociais”.

O OE prevê um novo aumento do Complemento Solidário para Idosos, de 40 euros, no próximo ano, subindo para 670 euros, segundo anunciou o primeiro-ministro, que prometeu também voltar a dar o suplemento para pensões mais baixas em caso de folga orçamental.

O Complemento Solidário para Idosos consiste num apoio mensal em dinheiro a idosos e pensionistas de invalidez com baixos rendimentos, que não recebem a prestação social destinada a pessoas com deficiência.

Entre outras medidas destaca-se a redução do IRC em um ponto percentual, com um impacto de 300 milhões de euros, bem como a atualização da dedução específica, os escalões de IRS e o mínimo de existência, com 325 milhões.

O Governo prevê gastar 26.357,6 milhões de euros no pagamento de prestações sociais, estando previstos aumentos em quase todas, com exceção para o Rendimento Social de Inserção ou a Garantia para a Infância, ambas para casos de pobreza extrema.

Segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2026, “a estimativa global de despesa com pensões e com os respetivos complementos, incluindo as associadas ao regime substitutivo dos bancários, é de 26.357,6 milhões de euros”.

No documento, o Governo destaca os aumentos previstos em várias prestações, nomeadamente a de desemprego e de apoio ao emprego, que terá um crescimento de 0,9% para uma despesa total de 1.740,1 milhões de euros, ou o abono de família, que terá mais 27,6 milhões de euros do que em 2025.

Aponta que as prestações de parentalidade, que incluem os apoios sociais pagos pela Segurança Social para compensar a perda de rendimento durante a licença parental para cuidar dos filhos, vão custar 1.232,5 milhões de euros, mais 23,6% do que a previsão de execução em 2025.

Segundo o Governo, este aumento explica-se com “o aumento do número de beneficiários e da remuneração por trabalhador, nomeadamente nas principais componentes das prestações de parentalidade”, e com o alargamento em dois meses do pagamento do subsídio parental inicial.

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) e respetivo complemento, destinada às pessoas com deficiência, aumentam em 10,4% para 886,1 milhões de euros, com base na previsão de aumento do número de beneficiários.

De fora destes aumentos ficam, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção (RSI), um apoio para pessoas em pobreza extrema, e a Garantia para a Infância, uma prestação social em Portugal, que funciona como um complemento ao abono de família para crianças e jovens em situação de pobreza extrema.

O OE2026 elaborado pela equipa das

Finanças liderada por Joaquim Miranda Sarmento, foi entregue no Parlamento e será discutido na generalidade no final deste mês, com a votação final global agendada para 27 de novembro.

**Lavandarias Profissionais IPSS**

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial

Miele